



Abner Silva Xavier
Bruna Ida do Amaral Silva
Jacqueline Maria da Silva
Luciana Sala Pires
Nancy Oliveira Bloise Soares
Rodrigo Oliveira de Lima
Samantha Barbosa de Medeiros
Victor Gabriel Sciola

**PROPOSTA DE ESTUDO SOBRE O RACISMO NA ESCOLA:
ENTRE O GRITO DOS MAUS E O SILÊNCIO DOS BONS**



Orientador: Abner Silva Xavier
ID 0000-0002-3022-6997



Autores:



Bruna Ida do Amaral Silva
ID 0000-0001-8242-3776



Jacqueline Maria da Silva
ID 0000-0001-7624-1562



Luciana Sala Pires
ID 0000-0003-4046-0979



Nancy Oliveira Bloise Soares
ID 0000-0002-77142192



Rodrigo Oliveira de Lima
ID 0000-0002-0253-962X



Samantha Barbosa de Medeiros
ID 0000-0001-5128-286X



Victor Gabriel Sciola
ID 0000-0003-06447287





LIMA, Rodrigo Oliveira de; MEDEIROS, Samantha Barbosa de; PIRES, Luciana Sala; SCIOLA, Victor Gabriel; SILVA, Bruna Ida do Amaral; SILVA, Jacqueline Maria da; SOARES, Nancy Oliveira Bloise. **Proposta de estudo sobre o racismo na escola:** Entre o grito dos maus e o silêncio dos bons. Orientador: Abner Silva Xavier. Universidade Virtual do Estado de São Paulo. Polo: Guarulhos, 2020.



UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Orientação

Abner Silva Xavier

Autores / Edição / Produção

Bruna Ida do Amaral Silva

Jacqueline Maria da Silva

Luciana Sala Pires

Nancy Oliveira Bloise Soares

Rodrigo Oliveira de Lima

Samantha Barbosa de Medeiros

Victor Gabriel Sciola

Área de Concentração: Educação e Ensino Fundamental de Nove Anos

Curso: Licenciatura em Pedagogia

Produto Educacional: Proposta Pedagógica

Guarulhos – São Paulo

2021



APRESENTAÇÃO

O nascimento da presente proposta se deu através do encontro dos autores na Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), a partir da elaboração de relatórios para uma disciplina do curso de Pedagogia. O tema racismo foi pensado para a construção de um projeto que deveria contemplar o ensino de História e Geografia para alunos do Ensino Fundamental. Os problemas sociais em torno do assunto sempre estiveram presentes na sociedade brasileira, no entanto, no ano de 2020 esse debate ganhou maior proporção, inclusive com apelo midiático, onde sucessivos episódios que deflagravam a já conhecida existência do racismo estrutural no Brasil e no mundo eram apresentados quase diariamente nos meios de comunicação, ampliando o alcance desse debate para muito além dos muros das universidades.

Racismo estrutural é um grave problema presente na sociedade brasileira. O preconceito racial e a marginalização sofridos pelo negro repercutem em diversas instituições que integram a vida social no país, entre elas a Escola. Embora a sociedade tenha avançado em termos jurídicos no que diz respeito às garantias de direitos à pessoa negra, como no caso da Lei 10.639 de 2003, que tornou obrigatório o ensino de história da África e história afro-brasileira no ensino básico brasileiro; ainda pode ser observada no imaginário social uma grande influência do mito da democracia racial, elaborado por Gilberto Freyre nos anos 30 do século 20 que minimizava a violência da escravidão no país; no cotidiano, inclusive no ambiente escolar onde muitas vezes o tema não é debatido.

Construir essa proposta foi sem dúvida uma experiência marcante na vida dos autores. O material aqui apresentado é fruto de horas de leitura, discussões, reflexões individuais e em grupo, além de conversas com pessoas com as mais diversas experiências em situações em torno do racismo. Em uma dessas conversas, o grupo se deparou com a fala de uma professora que ministra cursos para uma instituição educacional privada. Ela costumava encerrar suas palestras com a seguinte frase, atribuída a Martin Luther King Jr.: “Sobre racismo o que me preocupa não é o grito dos maus, mas o silêncio dos bons”. O valor inquestionável e a potência dessas palavras marcaram profundamente os autores, que decidiram utilizá-las no título da proposta, por representar os valores e as ideias sob as quais ela foi construída.

Embora discutir racismo e exclusão social do negro na sociedade brasileira não seja um tema novo, esse assunto passou décadas arrefecido. Dilemas sociais como esse precisam ser discutidos, o debate deve se manter “vivo” no cotidiano das pessoas, a fim de que sejam apresentadas propostas de soluções e injustiças históricas sejam superadas. Dessa forma, os autores convidam o leitor a refletir, sobre como a escola se posiciona e se transforma em meio a essa fundamental discussão, no intuito de estimular o debate público em busca da construção de uma sociedade mais democrática, crítica e inclusiva.





SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 INVESTIGAÇÃO E ESTUDO.....	7
2.1 Desafios e propósitos.....	8
2.2 Argumentos e motivos.....	9
3 DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE RACISMO ESTRUTURAL.....	11
4 RESULTADOS.....	17
4.1 Protótipo	18
5 CONCLUSÕES.....	20
REFERÊNCIAS	21
APÊNDICE A- Plano de Aula.....	24



1 INTRODUÇÃO

Racismo estrutural é um profundo problema da sociedade brasileira que encontra raízes antes mesmo da existência oficial do país. Quando ainda era colônia de Portugal, o atual território brasileiro foi protagonista do que Novais (2001) chamou de mercado atlântico da escravidão, que criou um complexo sistema de tráfico humano de pessoas negras capturadas no continente africano, que posteriormente eram negociadas na colônia portuguesa da América. Ao longo de mais de três séculos de história a pessoa negra trazida ao Brasil foi considerada uma mercadoria. Com a abolição da escravidão, no final do século 19, a sociedade passou a lidar com o legado dos quase 400 anos de exclusão social desses indivíduos, de modo que o século 20 e os primeiros anos do 21 foram ricos em debates a respeito desse dilema com repercussão nas mais variadas instituições e costumes que constroem a noção de cultura e identidade de um povo. A Escola, como instituição política inserida na sociedade, também participa desse debate, no entanto vive um paradoxo, pois funciona como instrumento legitimador de tradições ao mesmo tempo em que pode ser um mecanismo de ruptura e transformação social. Racismo e exclusão de pessoas negras fazem parte de sua rotina e, espera-se, que esses assuntos sejam discutidos através de práticas que visem à construção de um pensamento crítico a respeito da sociedade da qual ela faz parte.

O referencial teórico que pautou a construção dessa proposta utilizou conceitos de autores como Silvio Almeida, Djamila Ribeiro e Lilia Moritz Schwarcz para compreensão sobre o tema racismo e raça. Em Gilberto Freyre, buscou-se compreender o conceito de democracia racial e seus impactos na sociedade atual. A definição de estrutura de longa duração foi extraída do conceito elaborado por Fernand Braudel em sua tese sobre as estruturas temporais da história. O multiculturalismo crítico trabalhado por autores como Marcos Neira, foi importante para a compreensão das limitações do conceito de ciência, razão e modernidade, discutidos no ocidente. Os trabalhos de Milton Santos referenciaram as pesquisas sobre espaço geográfico e lugar e ainda sobre esse tema, foi utilizado o autor Marshall Berman na tentativa de buscar o entendimento sobre conflitos ideológicos, de classe, sociais e psíquicos presentes na vida moderna e que conferem forma às relações espaço-tempo estabelecidas na sociedade.

Como objetivo, os autores optaram por analisar o conceito de longa duração no tempo histórico e discutir como a ideia de espaço geográfico pode ser pensada a partir da perspectiva da cultura, no sentido de superar o debate que a limita à questão físico-espacial. Para tanto, foi proposto pensar o racismo contra a pessoa negra no Brasil como um problema estrutural que perpassa a história do país, entender quais suas consequências à sociedade brasileira atual, compreender como a população negra e as instituições trabalham para superar esse dilema, com destaque às ações dentro e fora do ambiente escolar.

Nas considerações, os autores concluíram que as práticas racistas observadas na dinâmica escolar são oriundas de uma sociedade que ainda enxerga a exclusão social da pessoa negra como algo naturalizado no cotidiano. O racionalismo iluminista e a modernidade não eliminaram todos os problemas sociais da humanidade. A democracia, associada ao estímulo do pensamento crítico podem ser o caminho para superação desse dilema que aflige a sociedade brasileira há quase 500 anos.



2 INVESTIGAÇÃO E ESTUDO

Para iniciar este tópico, recorre-se à explicação dada por Richardson (1999, p. 22), que define método como: “o caminho ou a maneira para se chegar a determinado fim ou objetivo”, e metodologia como: “os procedimentos e regras utilizadas por determinado método.”

Na presente proposta, foi utilizada a pesquisa exploratória, que permite maior proximidade com o tema proposto. Segundo Gil (1999): “tal pesquisa tem como foco desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, além de formular problemas mais precisos ou hipóteses para futuro estudo.”

A abordagem empregada foi a qualitativa, por possibilitar percepções e análises, que busquem interpretar diversas variáveis e pontos de vista. Conforme afirmam Vieira e Zouain (2005): “a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles.” Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.

A primeira etapa para elaborar a proposta foi a realização de reuniões entre os autores para a definição do problema de pesquisa. Após essa etapa, realizou-se a busca de referências teóricas como livros, artigos e teses com a utilização de um protocolo de revisão sistemática, através da aplicação de tópicos chave, palavras e autores. Conforto, Amaral e Silva (2011, p. 1), afirmam que: “a revisão sistemática é um método científico para busca e análise de artigos de uma determinada área da ciência”. A busca de referências de leitura foi feita no repositório *Google Acadêmico*, onde foram utilizadas as palavras-chave: racismo, negro e Brasil. Foram incluídos estudos que responderam à pergunta da pesquisa e estavam disponíveis na íntegra e em língua portuguesa. Os critérios de exclusão contemplaram obras escritas em idioma diferente do português, que só apresentassem o resumo e que tivessem como objetivo discutir o racismo nas perspectivas do direito, da psicanálise, meio publicitário e população carcerária. Foi utilizada a escala *Physiotherapy Evidence Database* (PEDro) para seleção dos estudos utilizados na construção do projeto. Conforme Sampaio e Mancini (2007, p. 87) explicam:

Essa escala foi desenvolvida pela *Physiotherapy Evidence Database* para ser empregada em estudos experimentais, incluindo critérios de avaliação de validade interna e apresentação da análise estatística empregada. Para cada critério definido na escala, um ponto é atribuído à presença de indicadores da qualidade da evidência apresentada, e zero ponto é atribuído à ausência desses indicadores.

Na elaboração da escala, foram utilizadas cinco perguntas com o objetivo de apurar a qualidade dos estudos selecionados. As perguntas foram:

- 1 O estudo apresenta mais de 50 citações?
- 2 Todas as palavras-chave do estudo se encontram em descritores (Descritores em Saúde – DeCS da Biblioteca Virtual em Saúde - BVS)?
- 3 No resumo do estudo se encontra todas as palavras do título?
- 4 O trabalho se encontra em outra base científica?
- 5 A titulação acadêmica de um dos autores é de mestrado ou doutorado?

Os estudos selecionados atingiram um total de três pontos, o que os classifica como de boa qualidade.

É importante ressaltar que este estudo foi desenvolvido com a aplicação da técnica de *Design Thinking* para melhor visualização do cenário de pesquisa, que estimulou os autores a encontrarem soluções para o problema em questão a partir da perspectiva de que as pessoas são o centro das atenções, o que envolve empatia e colaboração. Na ótica de Brown (2010), a missão do *Design Thinking* é traduzir observações em *insights*, e estes em produtos e serviços para melhorar a vida das pessoas. Foi usada também a técnica de *Brainstorming*, para discutir propostas e possibilidades. Conforme Rocha (2013), essa técnica tem como característica a realização de



reuniões em grupo para debate sobre soluções de um problema. Trata-se de uma busca por abordagens inovadoras, que estimula o engajamento e contribui com a valorização e a motivação da equipe.

2.1 Desafios e propósitos

As discussões sobre racismo na sociedade brasileira têm crescido sensivelmente nos últimos anos. Ainda que tardio, esse debate tem envolvido não só a comunidade acadêmica, mas diversos setores sociais, ao atingir a vida pública e privada das pessoas e alcançar, por exemplo, os noticiários jornalísticos, portais de internet, rodas de conversas despretensiosas e reuniões familiares. Essa demanda, represada durante anos na história, encontra atualmente seu espaço na pauta diária de assuntos dos brasileiros. Essa proposta pretende contribuir com o debate apresentado, na medida em que tem como objetivo geral utilizar o conceito de longa duração de Fernand Braudel como referência de tempo histórico e discutir como o conceito de lugar pode ser pensado a partir da perspectiva da cultura. Para atingir tal feito, seu objetivo específico será o de analisar como o racismo contra o negro na sociedade brasileira pode ser pensado como uma estrutura de longa duração no tempo histórico e verificar quais consequências esses acontecimentos trazem à sociedade atual, com destaque às ações dentro e fora do ambiente escolar.

De acordo com Ribeiro (2019, p. 34):

O Brasil foi o último país do hemisfério ocidental a abolir a escravidão e é nesse processo de pós-abolição que não priorizou as demandas sociais de gênero. O que significa que nesse processo de industrialização, o Brasil não contou com sua população negra e desenvolveu a mão de obra imigrante como representativa do progresso. Tanto assim que os imigrantes ainda levaram vantagem na Lei de Terras quando receberam do Estado brasileiro verdadeiras doações, numa espécie de ação afirmativa para eles.

Tal fato trouxe consequências importantes para a sociedade brasileira. Almeida (2019, p. 10), afirma que: “[...] o Brasil, pós-abolição, criou mecanismos de exclusão que funcionavam como verdadeiros sistemas atuantes nos âmbitos político, jurídico e econômico contra a integração da pessoa negra como sujeito no cenário social.” Theodoro (2007, p. 82) aponta que esse mecanismo excludente passou a fazer parte da mentalidade da sociedade, na medida em que foi absorvido e naturalizado:

A desigualdade brasileira perpassa o tecido social e habita, de forma perene e absoluta, nossas ruas, nossas casas, nosso cotidiano. Entretanto, não nos surpreende nem nos causa indignação. A sociedade brasileira parece operar com uma espécie de pacto com a desigualdade. Uma desigualdade que, como já dito, tem raízes históricas profundas e robustas, que nasce com a presença da escravidão. Lembremos que, por quase quatro séculos, vivemos sob esse regime produtivo.

É notório, portanto, que o papel do negro no processo histórico brasileiro está diretamente associado à exclusão social. Tal constatação impacta a sociedade atual de forma direta, e a escola como instituição social lida com essa situação diariamente.

O mito da democracia racial ainda circula no inconsciente coletivo da população. A negação do racismo ou a passagem “despercebida” desses episódios, assimilados com naturalidade pelas crianças ainda ocorre nas escolas em pleno século 21. Assim, foi proposta pelos autores como pergunta problema, a seguinte questão: Como o tema racismo pode ser discutido, de forma a estimular o debate sobre seu impacto na sociedade brasileira, em uma aula *on-line* para alunos do Ensino Fundamental?



2.2 Argumentos e motivos

Na construção da presente proposta, o grupo se deparou com diversas informações a respeito do racismo e seus desdobramentos na sociedade. Foi verificado que seu impacto não se restringe somente à vida socioeconômica dos indivíduos. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011, no Brasil, 14% dos alunos negros brasileiros apresentam mais de dois anos de atraso escolar, ao passo que na população autodeclarada branca, esse número cai para sete por cento¹. A mesma pesquisa aponta que entre as crianças que relataram ter vivido algum tipo de fracasso escolar, 43% são negras. Paradoxalmente, uma pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), datada de 2015, aponta que em 24% das escolas públicas brasileiras o tema racismo não faz parte dos projetos temáticos trabalhados com os alunos². Tais informações evidenciam a importância da elaboração do currículo como um instrumento de conexão entre a Escola e sociedade, além de apontar a necessidade de diagnosticar o que ocorre na experiência escolar dos alunos, a fim de compreender o que demonstram esses números.

Diante das informações colhidas através das leituras e das entrevistas com os professores, pode-se pontuar muitas referências que denotam a importância de se trabalhar o assunto racismo de modo ativo e diferenciado. Dessa forma, através de consenso, escolheu-se usar a música de diferentes formas dentro da aula expositiva *on-line*, com os alunos, para tratar do tema que é muito vasto e atual, porém muitas vezes esquecido ou até mesmo intocado dentro da sala de aula.

Os objetivos propostos por essa atividade são: o desenvolvimento de noções de cidadania, diversidade cultural e respeito às diferenças sociais, culturais e históricas. Além disso, algumas habilidades serão trabalhadas, tais como: associar o conceito de cidadania à conquista de direitos dos povos e das sociedades, a fim de compreendê-lo como conquista histórica.

A aula buscará desenvolver o exercício da reflexão em conjunto, através de uma canção relativamente recente, e que envolve o tema abordado, sendo ela: Brixton, Bronx ou Baixada, presente no disco Acústico *Music Television* (MTV) da banda brasileira O Rappa.

A música se refere aos bairros que lhe dão nome: Brixton (na Inglaterra), Bronx (em Nova Iorque, Estados Unidos) ou Baixada (Fluminense no Rio de Janeiro, Brasil), que faz uma alusão aos locais conhecidos popularmente devido ao alto número de pessoas negras que vivem em sua comunidade, carregada de histórias iguais e muitas vezes saturadas de preconceitos e da pobreza onde o poder público pouco implementa ações que visem melhorias. A composição de Marcelo Yuka discorre sobre situações comuns, tais como: a identidade cultural presente nesses locais, a religiosidade, as gangues, a variedade das músicas como o samba e os toques da macumba. Segundo Marshall Berman (2009, p. 132): “Hegel sustenta que o espírito só é potência enquanto encara diretamente o negativo e se coloca junto a ele. Esse “colocar-se” é o poder mágico que converte o negativo em ser.” No Bronx de Berman, em Brixton ou na Baixada fluminense de Yuka, isso pode significar que a desintegração social, a ineficácia do Estado e o desespero existencial, servem de fonte de vida e renovação criativa.

A música pode funcionar como uma forma de resistência cultural que combate estruturas pré-concebidas e *deficitárias* da sociedade. Além disso, pode integrar a identidade da comunidade que compartilha deste mesmo processo e dessa construção multicultural, que pode formar uma conjunção de indivíduos com o ímpeto de enfrentar as opressões de seu cotidiano (MENDES, 2015, p. 4). Assim, trabalhar com o tema racismo pode ensinar e trazer à tona

¹ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/fracasso-escolar-e-mais-recorrente-entre-alunos-negros/>

² Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/um-quarto-das-escolas-publicas-nao-aborda-o-racismo-em-atividades-extras-na-sala-de-aula.ghtml>



questionamentos, além de demonstrar relevância social diante da realidade que muitos deles vivem, com destaque à importância que existe na cultura que é gerada nos guetos.

A música além de ser um poderoso instrumento de indução à cultura, envolve, transmite conhecimentos, traz questionamentos, representatividade, contribui para formação de sua identidade e aumenta sua sensibilidade emocional. Durante o ato de ouvir uma canção o córtex cerebral se reorganiza de diferentes formas de modo que, tais alterações têm o poder de aumentar algumas competências. Segundo Hallam (2012, p. 1, 2): “[...] em crianças seus benefícios podem ser vistos na possibilidade de aumento da percepção auditiva, na melhora da linguagem e consciência fonética, que podem trazer contribuições para as suas leituras.”

Visto que a escola desempenha uma função primordial no desenvolvimento da compreensão do cenário mundial e ao saber que, mudanças são contínuas também em âmbito escolar, nas metodologias, na didática, nas avaliações, é oportuno acompanhar tais modificações e utilizar meios que prendam a atenção do aluno, tragam motivação e facilitem o processo de ensino-aprendizagem. Conforme Souza (2012, p. 5): “[...] o uso de ferramentas tecnológicas proporciona ao aluno informação, e ressignificam o conceito do conhecimento.” A música visa contextualizar, informar, facilitar o entendimento de diferentes formas de comunicação e representação de ideias, além de trazer profundidade ao tema-chave: o racismo. Ao entendê-la como uma linguagem de alcance mundial, seus conceitos podem ser difundidos e elaborados com maior facilidade ao longo do espaço e do tempo, além de permitir que a dinâmica da aprendizagem esteja inserida de forma produtiva (SOUZA, 2012, p. 10).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) cita entre outros importantes destaques que, durante o aprendizado da história, a criança começa um processo conhecido como a construção do sujeito, ou seja, é quando se inicia a consciência de sua existência, de um “eu” e do “outro”. Nesse sentido, ela percebe que existe uma separação dos indivíduos relacionadas ao poder de administrar sua vontade, o que pode fazê-la perceber-se como autônoma ainda que seja parte integrante de uma comunidade. Percebe que em seu meio, em sua comunidade, podem existir diferentes tipos de linguagens e através dessa compreensão, que é altamente positiva, a criança pode desenvolver a heterogeneidade de pensamento e ampliar sua visão crítica através da reflexão.

Durante a construção de saberes espera-se que o professor haja como um mediador de conhecimentos, e que use ferramentas pedagógicas que estimulem os alunos de forma atrativa e agradável durante a aula (SANTOS, 2011, p. 2). Pesquisas acerca do ensino de boa qualidade demonstram que educadores podem contribuir durante o processo de aprendizagem desde que o aluno se sinta realmente motivado, para tanto, segundo Hallam (2012, p. 5) é esperado que o professor possua algumas características importantes tais como: “[...] conhecimento da matéria, ser otimista, que nutra um relacionamento de confiança com seus alunos e que seja um bom gestor na sala de aula”. Ao pensar o racismo estrutural como um tema extremamente denso e que pode levar a muitas vertentes de pensamento, a música junto com as demais atividades de reflexão durante uma aula *on-line*, podem trazer contribuições extremamente válidas aos alunos com grande potencial para se tornar um importante recurso didático-pedagógico para a construção de seu conhecimento sobre o conteúdo.



3 DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE RACISMO ESTRUTURAL

A delicada relação da democracia com o racismo tem ampliado investigações sobre os múltiplos efeitos que um tem sobre o outro. Na trama dessas relações a sociedade, a política, a economia e por fim a regulação do Estado são aqui apresentados através da percepção de que a democracia é o caminho, um sistema aberto e a ação antirracista é um sujeito político de luta implacável. Entende-se que a democracia tem o poder de ampliar o foco sobre os ausentes, os não assistidos e mesmo os desvalidos da história em que pesa o desejo de incremento da cidadania, com ações mais concretas, inclusive sobre o campo dos direitos.

Autores como Alexis Tocqueville, Robert Dahl, Charles Tilly, Samuel Huntington e Arend Lijphart, desenvolveram importantes contribuições sobre os conflitos de interesses presentes na submissão à lei. É preciso reconhecer que a democracia sofre transformações profundas a partir da Revolução dos Cravos em Portugal, das greves contra a recessão na Espanha, Grécia e América Latina; e mais emblematicamente com a queda do muro de Berlim. No Leste europeu a literatura sobre este tema qualifica essas transformações ou transições políticas como transitologia; conceito que se preocupa em explicar os fenômenos sociais que impactam a democracia no sentido de suas causas e efeitos³.

Robert Dahl talvez seja o autor que mais aproximou a noção de democracia contemporânea a uma noção mais pluralizada quando examina a ação de comunidades na região mediterrânea, bem como a Escandinávia e Países Baixos em suas assembleias locais que reivindicavam a participação civil na produção de mais percepção de igualdade, elemento bastante básico entre aqueles que se unem para tomar decisões. O autor entende que esses países destoam um pouco da democracia da Grécia, e aponta direções bem definidas dessa categoria que nutre oposição no interior das comunidades. Para Dahl⁴ o papel da poliarquia, isto é, da presença daqueles formuladores de Conselhos é de criar um governo de muitos baseado já em regras mais populares. O espaço para que a oposição realmente possa se expressar, para que ela possa se organizar, para que ela possa ter liberdade de comunicação, de expressão e de organização constitui-se como uma alternativa de poder para quem ocupa o poder.

Isto é bastante emblemático posto que os conceitos de contestação, de oposição e de participação têm demonstrado que a ocupação pode ocorrer quando os mecanismos de escolha de governantes, em particular de eleições competitivas e permanentes, são regulares. Com efeito, elas podem ser limpas do ponto de vista da ética, e ainda assim o fato *indelével* é que funcionem independentemente da coordenação de uma instituição. A disputa de poder nas condições do sistema envolve extensivamente a inclusão de muitos atores da comunidade política no direito de votar e de ser votado. A igualdade em relação à expressão e ao direito, e, portanto, a todo o processo de ampliação do sufrágio formam os princípios da contestação do poder, e articula-se a participação em geral. Em outras palavras, para que os membros da comunidade política tenham acesso à centralidade da organização do poder não seria apenas saber, portanto, a transparência o único elemento a saber, mas qual grau de envolvimento e compreensão das pessoas sobre o funcionamento do sistema. Nesse sentido, e corroborando sobre a importância da alteridade no exercício da democracia, Atílio Borón (2007, p. 29) aponta que:

A democracia é uma forma de organização do poder social no espaço inseparável da estrutura socioeconômica em que se baseia esse poder. Os diferentes modos de organização desse poder – tanto ditatorial quanto democrático – ou suas formas clássicas de regime estão enraizados em modos de produção e tipos de estrutura social.

³ Ver, GUILHOT, N; SCHMITTER, P. **De la transition à la consolidation**: une lecture rétrospective des democratization studies. Revue Française de Science Politique, Paris, 2000, p. 615-631.

⁴ DAHL, R. **Polyarchy**: participation and opposition. Londres: Yale University press, 1971, p. 34.



A comunidade política tem capacidade de definir agenda naquilo que diz respeito às decisões que afetam a vida de todos. Nesse sentido, o papel central do funcionamento do regime democrático diz respeito à maneira de permanecer aberta às possibilidades de extensão e de ampliação, que traz a ideia de abertura permanente. Nessa acepção há uma raiz muito forte na ideia de promoção do Estado de Direito na democracia, que é o estado baseado na lei consensual que mantém a força, os conflitos e disputas para que elas cheguem a um consenso⁵ mínimo. Um reconhecimento de que a democracia obriga em um certo sentido ao *Enforcement of the War*⁶ exercido pelo Estado e voluntariamente aceito por quem está submetido à lei.

A disputa de poder na história contemporânea tem demonstrado que a criação de partidos de massa facilitou a ação de facções em seu interior que buscaram impor ao Estado uma série de exigências, todas ligadas a confrontos de interesses, que acirraram disputas e por vezes longe dos direitos da cidadania, esta noção de progressividade de direitos remete a uma constante revalidação dos princípios liberais, ditos clássicos, e que muitas vezes não estão necessariamente ligados à cidadania do tipo *keynesiana*; isto é, de uma cidadania social em que o Estado participa do mercado e assim do capitalismo em estado de ambiguidade do ponto de vista econômico e social. De acordo com o Cientista Político e Professor da Universidade de Oxford, Harold Laski (1961, p. 202):

Seu triunfo, sem dúvida, foi um fenômeno complexo; complexo até porque, como em seu crescimento, muitos dos que mais o reverenciavam imaginavam adorar diante de um altar diferente. [...] Adam Smith, foi um dos principais arquitetos doutrinários de seu advento. Ele era o expoente do livre comércio; e criou um mercado mundial que rompeu o isolamento até das mais distantes publicações. Ele argumentou que os direitos do Estado deveriam ser geralmente acordados com os limites do Estado.

Em que pese a democracia como importante antídoto da escalada de poder é certo afirmar que os objetivos econômicos partilhados entre o Estado e o mercado determinam, a bem da verdade, na escolha de governos bastante prosaicos. A ambição por um regime liberal também afeta notadamente os comportamentos individuais, que realimenta um ciclo problemático da autonomia moral dos indivíduos. Ainda que a democracia como enfrentamento de desafios coletivos imponha certa ordem e com ela prioridades que trafegam entre os interesses coletivos e interesses individuais, objetivos econômicos bastante expressivos de poder, de prestígio e tirania podem incorporar e fazer parte dos interesses difusos.

Nesse caso, virtude cívica depende de virtude política e no caso dessa última não é algo ou coisa que já se encontra pronta na sociedade. Ela é construída na sociedade, de geração em geração. Em uma transmissão que tem na educação seu pilar central. É sugestivo pensar a educação nas escolas como dimensão estratégica da virtude cívica. E sobre o efeito que tem na vida das pessoas. No entanto, esse mecanismo é extremamente complexo posto que a comunidade empoderada desse conhecimento vislumbre nas pessoas o poder de tomar decisões no momento do voto.

Certamente, entender o racismo é tarefa bastante complexa para a sociedade por conta de tantos e diversos elementos da vida social, entre eles a economia, a política, e esferas sociais que envolvem de muitas maneiras o imaginário social. Um questionamento que frequentemente se apresenta é a capacidade das instituições democráticas de responder a esse círculo de violência em que as ações racistas parecem estar longe de qualquer capacidade de diálogo.

⁵ A força da lei possui um elemento importante que é a submissão voluntária que se distinguiria através dos mecanismos coercitivos do Estado. Remete ao segundo ponto também importante que é o estado de autogoverno. Isto é, o comportamento do cidadão em relação do governo e que na democracia estão instrumentalizados nas instituições, mecanismos de intermediação da realização dos interesses mediante subordinação.

⁶ Ver, KARL, T. **Dilemmas of Democratization in Latin America**. New York: Comparative Politics, 1990, p. 67.



O racismo tem implicações diretas na democracia e no desenvolvimento econômico. Quando se nota as transformações das instituições capitalistas é possível enxergar que a evolução do capital poderia não contemplar a cultura racista como aceitável. Pois é difícil crer que elas tenham interesse em perder dinheiro com um comportamento hostil que afeta diretamente seus lucros.

Por outro lado, a violência cotidiana não deixa dúvida que o racismo, principalmente aquele que escapa do poder da segurança pública, está cravado no imaginário social. O medo é certamente o elemento que reforça o caráter discriminatório. E é nesse ínterim que uma lógica racional e perversa separa brancos e negros: a notada estratificação social, a desigualdade social e a precária distribuição de riquezas como fruto do sistema construído sincronicamente e ao longo de muitas décadas.

A educação tem papel preponderante nisso tudo. Concorre com o estado naturalizado do racismo quando não é capaz de confrontar parâmetros. Seu papel é de denunciar e instigar amplos debates sobre as formas de dominação e controle oriundos da falta de ética e dos elementos mais comuns da gestão de transparência e mesmo de prestação de contas.

Conforme Lopes e Arena (2012, p. 510): “Gilberto Freyre e Oliveira Vianna foram cruciais para a formação do imaginário do papel da população negra na formação da identidade nacional brasileira.” Fernandes (2010, p. 31) afirma que: “[...] a ideologia racista é pautada em três pilares: racismo científico, ideal de branqueamento e democracia racial.” As duas primeiras foram superadas com a construção da noção do conceito de raça como elemento histórico e social, distante da realidade biológica. Para Munanga (2004, p. 35): “[...] o conceito de raça tal como é empregado hoje para definir as identidades, nada apresenta de biológico, já que se trata de uma ideologia que oculta algo não proclamado: a relação de poder e dominação.” A obra Casa Grande & Senzala contribuiu para a superação da ideia de superioridade morfológica entre brancos e negros, no entanto, como contrapartida transformou e revestiu a figura do negro em uma espécie de manto mítico ao não lhe conferir concretude na sua formação identitária, de modo que seu protagonismo nunca se consumou de fato diante na narrativa europeia etnocêntrica a respeito do processo histórico de formação da identidade brasileira.

Segundo Fernandes (2010, p. 34), atualmente no Brasil, sob o ponto de vista acadêmico há duas perspectivas de abordagem a respeito do racismo. São elas:

- 1) a corrente sociológica, que é voltada para a análise das relações raciais entre “negros” e “brancos” e para as consequentes desigualdades sociais decorrentes das mesmas. Cujas importâncias estão na contribuição para o questionamento e desmascaramento dos mitos como construções ideológicas, além de comprovar empírica e estatisticamente a existência da discriminação racial, em todos os níveis sociais.
- 2) a corrente cultural-antropológica, representada por autores como Roberto Da Matta, Peter Fry, Lilia Schwarcz e Ivonne Maggi os quais analisam as relações raciais segundo um *etos* brasileiro, ou seja, consideram que a sociedade brasileira produziu um modo particular de conceber e lidar com as questões raciais. Segundo estes estudiosos, o mito da democracia racial deve ser interpretado conforme o valor social que possui para os brasileiros.

Segundo Schwarcz (1998, p. 175): “[...] a superação científica do conceito biológico de raça, não fez desaparecer a presença desse debate na vida cotidiana dos grupos sociais.” Raça antes de um conceito biológico é uma realidade social, uma das formas de identificar pessoas em nossa mente. Almeida (2019, p. 4) afirma que: “o termo raça só pode ser pensado no campo da história, pois é dinâmico e não mantém os mesmos significados em contextos espaço-temporais diferentes.” Assim, é possível afirmar que embora a ciência tenha superado a visão positivista e evolutiva, que pensou o conceito de raça como um elemento hierarquizante em uma suposta escala de



desenvolvimento da humanidade, seu legado ainda pode ser observado na esfera pública e privada do cotidiano.

Nesse sentido, é perceptível que a sociedade brasileira tem construído mecanismos que evidenciam a marginalização da pessoa negra desde o final da escravidão, pois a falácia do mito da democracia racial ainda circula pelo imaginário coletivo nacional. Munanga (2004, p. 39), afirma que:

A partir de um povo misturado desde os primórdios, foi elaborado, lenta e progressivamente, o mito de democracia racial. Somos um povo misturado, portanto, miscigenado; e, acima de tudo, é a diversidade biológica e cultural que dificulta a nossa união e o nosso projeto enquanto povo e nação. Somos uma democracia racial porque a mistura gerou um povo que está acima de tudo, acima das suspeitas raciais e étnicas, um povo sem barreiras e sem preconceitos. Trata-se de um mito, pois a mistura não produziu a declarada democracia racial, como demonstrado pelas inúmeras desigualdades sociais e raciais que o próprio mito ajuda a dissimular, dificultando, aliás, até a formação da consciência e da identidade política dos membros dos grupos oprimidos.

Florestan Fernandes (1978, p. 253), constata a existência da desigualdade social entre os segmentos branco e negro da população, e interpreta as relações raciais presentes na ordem social moderna como resquício do sistema escravista:

A abolição da escravidão e conseqüentemente o *status* de escravo, não foi uma querela da classe dominante, dos “senhores”, por reconhecer o direito à igualdade dos negros, mas sim uma exigência das novas condições de existências impostas pelo capitalismo. Muito embora esta classe dissesse assegurar meios para integração gradativa do negro, fecharam-se todas as portas que poderiam colocar o negro e o mulato na área de benefícios diretos do processo de democratização dos direitos e garantias sociais.

Conforme afirma Fernandes (2010, p. 44):

[...] a abolição não significou o início da desconstrução dos valores associados às denominações de cor. No entanto, com a dinâmica das relações sociais na sociedade de classes tem-se a reelaboração do significado da cor e das diferenças raciais, o preconceito de cor encontra condições estruturais para se perpetuar sobre múltiplos disfarces o que dificulta o modo como discerni-lo.

No ambiente escolar, tais incongruências sociais também ecoam. Embora suas práticas sejam pautadas no pensamento científico, a ciência, na concepção moderna da palavra é um construto social, no qual a colonialidade do saber europeu, impôs sua marca como referência de todos os saberes, na problemática busca por elaborar concepções epistemológicas e paradigmáticas pretensamente universais. A branquitude construiu padrões de superioridade, inventou a subalternidade e subserviência do negro, que ainda hoje, marcam as construções psíquicas da sociedade brasileira. Pinheiro (2019, p. 336), afirma que: “[...] a sociedade desconsiderou a rica herança da ação técnica e científica de pessoas escravizadas”; transmitida, via de regra, através da oralidade no período colonial brasileiro. Na prática, atualmente, o negro ainda luta pela sua cidadania, representatividade e protagonismo no cenário social brasileiro. Conforme Lopes e Arena (2012, p. 513): “[...] as crianças notam esse dilema social e constroem hipóteses muito coerentes para justificá-lo”, tal qual a percepção de que no Brasil o negro é associado ao consumo de drogas, crime e favelas, o que afasta a representação do sucesso, na lógica capitalista, do fenótipo negro. Conforme Santos (2005, p. 47):

[...] especificidades do racismo brasileiro, como o recalque e o silêncio, fazem com que a condição de subalternidade da população negra não seja vista como



desigualdade de condição social, mas sim como condição natural, como se os próprios negros fossem responsáveis por sua situação e malogros sociais.

A democracia talvez seja o modelo mais eficaz de se combater o racismo. Fora dela não há abertura para dar voz àqueles que sofrem a violência da segregação pela cor.

O tema racismo estabelece um complexo e intrincado diálogo com as relações de poder que se observam na sociedade. Segundo Foucault (1986, p. 75):

Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando seu titular, e no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém, mas se sabe quem não o possui.

Os historiadores Peres, Schirmer e Ritter (2015, p. 202), afirmam que no Brasil:

Pessoas negras não podiam até os anos 1920 frequentar a escola, mesmo libertos a partir do final do século 19, no início do século 20 eles ainda não possuíam permissão legal para estar na escola. Exceto alguns negros como Machado de Assis, que tinha um padrinho muito abastado, e que através de sua influência pode ter acesso aos bancos escolares e a uma formação superior.

Historicamente o Brasil sempre foi um país muito conservador no que diz respeito às políticas educacionais pensadas pelo Estado. O movimento Escola Nova, pautado na busca de mudanças que efetivamente poderiam melhorar a qualidade do ensino no Brasil, na análise de Peres, Schirmer e Ritter (2015) foi pautado em ideologias burguesas que continuava a reproduzir o modelo excludente, sem alcançar penetração nas estruturas alienantes que fundamentaram a Escola. Os dilemas da exclusão social, da desigualdade e mais especificamente da exclusão social da pessoa negra não são recentes, assim como a falta de empenho político que resulte em ações efetivas para combatê-lo também não é. Como verificado em Saviani (1984), as teorias sobre educação e ensino podem ser questionadas e analisadas como fator de permanência na exclusão de uma maioria do acesso ao ensino de boa qualidade. Bittencourt (2018) afirma que uma das maiores características da Escola brasileira do século 20 foi a falta de preocupação em formar cidadãos conscientes, em detrimento à demasiada atenção ao ensino de civismo, hino, datas, e outros elementos que doutrina e não estimulam o senso crítico do aluno. Nesse sentido, como afirmou Pinsky (1988, p. 20), explica-se a permanência da já muito debatida e superada tese da democracia racial, ainda hoje, como elemento explicativo para a situação do negro em nossa sociedade:

Essa leitura da escravidão, aqui simplificada e talvez até caricaturada, explicaria não só a viabilidade, como ainda a particularidade do Brasil mulato, cadinho de raças, mistura generosa que tende para o tipo brasileiro. Esse é outro valor que aparece em nossos livros de História: a ideia de um Brasil sem preconceito racial, onde cada um colabora com aquilo que tem para a felicidade geral. O negro com a pimenta, o carnaval e o futebol; o imigrante com sua tenacidade; o índio com sua valentia. Negando o preconceito, guarda-se o fantasma no armário em vez de lutar contra ele.

A Escola é espaço de diferença e reproduz em grande medida a situação de desigualdade observada na sociedade. Pereira (2018, p. 22) afirma que:

Para o desenvolvimento de uma sociedade crítica, é sugestivo que a Escola seja pensada e planejada a partir da inclusão, compreendida como oportunidade para envolver, implicar, inserir, pertencer, participar e unir e não como espaço do privado, do abandono, do silêncio, da negação, da eliminação das diferenças e da expulsão.



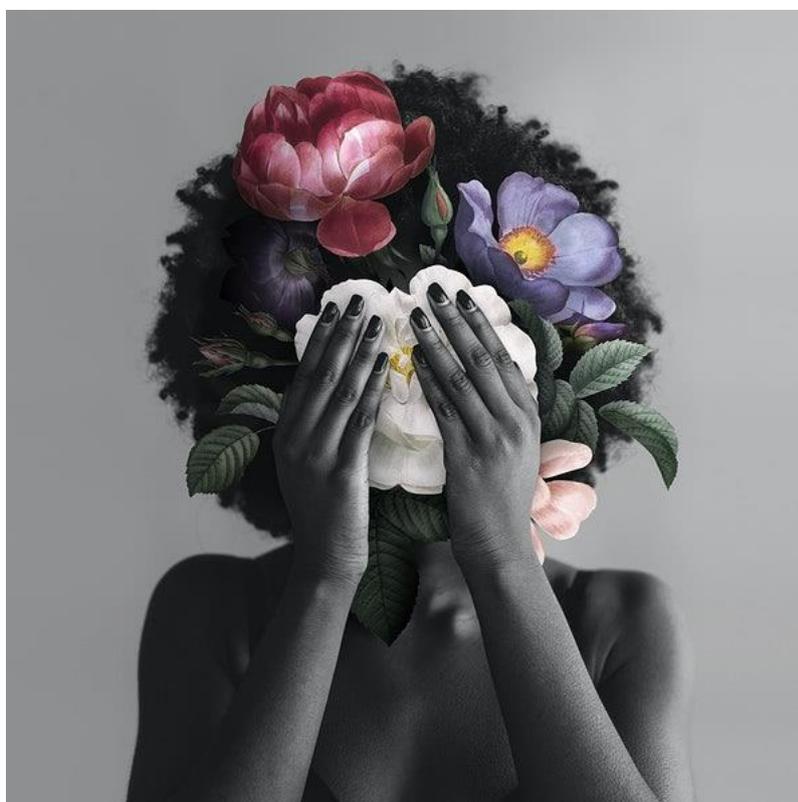
Na concepção freireana, uma pedagogia libertadora pode ser considerada aquela que estimula o desenvolvimento do pensamento crítico a partir de diferentes explicações para mesmos fenômenos, onde a ciência é um construto social no qual as informações podem ser apresentadas por diferentes fontes e o conhecimento pode ser construído de forma reflexiva e ética a partir de diferentes narrativas e visões de mundo que contemplam a variedade cultural existente no planeta. Muito embora o pensamento científico paute o desenvolvimento da sociedade ocidental desde o século 19, a modernidade abordou a diversidade de duas formas básicas: “[...] assimilar tudo que é diferente a padrões unitários ou segregar em categorias fora da normalidade dominante” (PEREIRA, 2018, p. 23). Nesse sentido Candau (2008, p. 131) envolve a Escola nesse debate ao afirmar que:

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença e em razão da dificuldade, tende a silenciá-la e neutralizá-la. Professores/as sentem-se mais confortáveis com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio hoje a enfrentar.

Peres, Schirmer e Ritter (2015, p. 194) afirmam que:

A educação brasileira sempre teve nas suas principais pautas a permanência de modelos que privilegiassem uma minoria detentora do capital econômico em detrimento de uma maioria, que sempre esteve à margem dos processos educacionais ou tão somente a receber a educação necessária para realização de trabalhos menos elaborados. Prioritariamente, a educação foi pensada para as elites do país, para que se formasse aqui os grandes homens que conduziriam o futuro da nação.

Para se obter avanços na Escola no que se refere às diferenças, combate às desigualdades e inclusão de toda a ordem, o papel dos professores é fundamental. Nesse sentido, a formação docente, tanto inicial como continuada, passa a ser o *locus* central para promover a inclusão destas questões na educação. Conforme afirma Guimarães (2018, p. 1043): “[...] cabe ressaltar que a existência de diretrizes curriculares não exime o professor de buscar desenvolver o raciocínio crítico dos alunos”, através da proposição de debates que girem em torno das especificidades regionais, de modo que seu papel nesse sentido é fundamental, pois espera-se que a conexão dos assuntos gerais da sociedade com as demandas específicas de cada local sejam trabalhadas por ele.





4 RESULTADOS

A marginalização da pessoa negra na sociedade brasileira, pode ser observada sob a perspectiva da reminiscência da escravidão, que existiu no país por quase 400 anos. Segundo Pereira (2016, p. 3): “[...] o modelo escravista, base econômica do mercado atlântico do regime colonial, marcou de forma profunda a vida cultural, social e econômica dos seus atores.” Caloti e Amorim (2015, p. 44) afirmam que: “[...] nos dias atuais, ainda que haja um aparato jurídico que de respaldo à inclusão do negro na sociedade, ela não se concretiza na vida cotidiana, visto que a inclusão e a isonomia factual não se realizam.”

Há na sociedade uma aceitação dos ideais meritocráticos, bem como uma resignação com a construção social do negro demarcada por estereótipos e preconceitos. Perdura no inconsciente coletivo da população um conjunto de valores e ideias que associam a pessoa negra a elementos desprezados ou menos valorizados culturalmente, que constrói simbolicamente e circunscreve socialmente o negro a determinadas espacialidades, ocupações, camadas sociais e papéis sócio-sexuais delimitados. Conforme Caloti e Amorim (2015, p. 55) afirmam:

Quando historicizamos o racismo na sociedade brasileira contemporânea, verificamos que este surge no Brasil colonial e atravessa os “Brasis” imperial e republicano, podendo ser, outrossim, interpretado pela via do “autoritarismo afetivo”, vinculado aos sentimentos inconscientes que nos afetam de forma *indelével*, possibilitando-nos analisar as implicações político-afetivas dessas condicionantes nas relações sociais, incluindo os efeitos políticos presentes e constitutivos, na estrutura psíquica dos brasileiros relacionados ao racismo.

Para Pantoja, Rodrigues e Abrantes (2019, p. 3): “[...] há uma naturalização da banalização do negro como indivíduo excluído socialmente”, de modo que o fato da falta de emprego, ausência de moradia digna e exploração sexual, afetar em maior número pessoas com ascendência africana, não é objeto de espanto ou indignação social. Uma visão um pouco mais ampla dos desdobramentos desse processo de exclusão, mostra que midiaticamente esse discurso também é reproduzido e legitimado. Oliveira, Oliveira e Arrais (2019, p. 2), apontam que nas redes sociais, os corpos das pessoas negras, via de regra, são colocados em posição inferior ao de pessoas brancas, com ênfase recorrente a uma hipersexualização:

Os meios de comunicação, como as redes sociais *on-line* e os veículos de informações jornalísticas, são uns dos principais agentes que colaboram para a descentralização dos debates políticos mais sensíveis, ora banalizando os casos de racismo, ora encobrendo e naturalizando as verdadeiras causas. A superexposição das imagens das vítimas nos fez pensar como é preocupante a atuação dos meios de comunicação na banalização, mesmo que se mostre como denúncia.

Em uma análise da história do Movimento Negro (MN) brasileiro, Lima (2004, p. 36) aponta que há no país uma luta contínua por conquista de direitos desde pelo menos a década de 1960:

A luta foi um movimento sociocultural nesse período, nessa altura existia um movimento de teorização que desafiava a estrutura educacional tradicional, procurando fazer dos jovens e das crianças, dos seus interesses e experiências, o foco do debate e da transformação fundamental dos problemas e da educação. [...] A atual forma de manipulação do poder e acréscimo à cultura afro-brasileira existente, diante da desigualdade racial, aponta que uma atitude crítica deve ser adotada.

A partir do final da década de 1980, o ideal democrático parece germinar na vida política brasileira. Os anos 90, sob a influência do Multiculturalismo e da Constituição de 1988, trouxeram



debates a respeito da inclusão e representatividade do cidadão negro na sociedade. Nesse momento histórico, a sociedade se abre para discutir esse assunto, o que escancara a notória, mas até então não discutida, desigualdade social vivenciada pelos cidadãos negros no Brasil ao longo de quase quatro séculos de história.

No ano de 2003 cria-se a Lei nº 10.639, que torna obrigatório o ensino de história africana e afro-brasileira no Ensino Básico brasileiro. A partir de então, um dos dilemas do universo escolar é pensar estratégias para que ela se faça cumprir de fato. Conforme Pereira (2016, p. 19):

Mesmo com toda a luta dos movimentos negros, dos professores negros e não negros, do MEC, dentro das escolas essa lei ainda não conseguiu conquistar um espaço de destaque na prática pedagógica e no trato das relações inter-raciais. Há uma lacuna imensa entre o que diz a lei e aquilo que se está de fato na proposição dessa lei.

Ao estudar os motivos que fazem com que a referida Lei tenha dificuldades de ser aplicada, Pereira (2016, p. 19) destaca:

A luta dos negros durante a história do Brasil, sempre foi uma luta política, sempre esteve presente em uma relação de enfrentamento, nunca foi fácil, os caminhos dessa luta sempre se apresentaram com inúmeros percalços, principalmente devido às relações inter-raciais no país não se darem de maneira harmoniosa, ao contrário, sempre se deram através do conflito e por isso, os negros na organização política que remonta os Quilombos, aos terreiros, as Escolas de Samba, aos bailes *Black*, sempre buscaram a igualdade e a verdadeira liberdade através da aplicação da organização política dessa luta.

Espera-se que as discussões sobre a história da África e cultura Afro-brasileira, ocorram não somente por força da lei, mas porque elas dizem respeito à inclusão democrática de grupos historicamente excluídos na sociedade. As escolas podem discutir, pesquisar e proceder com mudanças objetivas em sua rotina para atender essa demanda. É oportuno que a partir de um amplo debate, extensas pesquisas apoiadas em bases científicas e uma aproximação real com a comunidade atendida, as instituições escolares modifiquem seu Plano Político Pedagógico (PPP), professores abordem o tema racismo sob o ponto de vista crítico e a comunidade se conscientize que esse debate é definitivo e necessita de muita discussão para alcançar avanços na vida cotidiana dos grupos sociais. A integridade humana só pode se manter se for combatido aquilo que a fragiliza em sua totalidade. Nesse sentido, a experiência democrática parece ser a melhor, se não a única legítima e viável, estratégia de combate para esse problema estrutural da sociedade brasileira.

4.1 Protótipo

Sabendo que dentro do ambiente escolar é possível haver improbidades que envolvam o racismo velado ou não, é fundamental que os alunos sejam mediados e orientados a olhar todas as nuances desse tema além da obviedade. Fazer uso da cultura negra e consolidá-la como algo fundamental e natural, além de estar em constante reflexão em vários setores da nossa sociedade é importante para criar uma atmosfera de representatividade, inclusive para os alunos. Dessa forma, o protótipo dos autores envolve a análise de uma música que induz o desenvolvimento do pensamento crítico e a reflexão nos alunos. Como Mendes (2015, p. 4) cita:

A música tem poder transformador e de forte arma de resistência cultural que combate preconceitos da sociedade, além de auxiliar a construção da identidade da comunidade que esta intrinsecamente ligada aos mesmos processos da construção multicultural.

Além disso, segundo Theodoro (2007, p. 82): “A exclusão social se tornou parte da sociedade em relação aos negros fazendo um pacto com a desigualdade e que por si só tem raízes profundas históricas advindas da escravidão.” Portanto, os autores acreditam que a música, aliada à reflexão, a percepção do outro e ao respeito, será uma ferramenta a mais para derrubar preconceitos, discriminações e elevar o pensamento do aluno a outro patamar através da empatia, da ponderação, e da desconstrução de julgamentos.

O protótipo inicial do grupo, consistia em um plano de aula um pouco mais intenso e extenso com três músicas que seriam trabalhadas na aula *on-line*, de forma ativa. Porém, posteriormente, foi enviado um *feedback* por parte do professor orientador do projeto, que apontou a necessidade de serem feitas algumas alterações para entrar em concordância com a proposta da disciplina e com o tema proposto.

A videoaula proposta, busca discorrer sobre o conceito de racismo estrutural, com a utilização de alguns *slides* expositivos para facilitar a visualização. Um vídeo que aborda os temas racismo, estereótipo e discriminação, será apresentado para elucidar mais o assunto. Na sequência, avança-se então para o vídeo (exibido com letra) sobre a música: “Brixton, Bronx ou Baixada” (O Rappa). A escolha desta música se deu por tratar-se de uma banda com grande empatia entre os jovens e porque suas canções retratam a realidade brasileira, dando margem para o professor fazer correlações com o assunto em questão. A letra descreve um paralelo cultural, social e político entre três locais distantes geograficamente, mas próximos quanto às desigualdades sociais: Brixton em Londres, Bronx em Nova Iorque e Baixada Fluminense no Rio de Janeiro. Ela mostra a desigualdade (histórica) e questiona a distância social (os muros sociais) que sofrem as classes negras e pobres, que são atingidas por um racismo estrutural violento, até mesmo em expressões de cunho religioso e cultural. Indica também que “[...] é só regar os lírios do gueto, que o Beethoven negro vêm pra se mostrar”, ou seja, se houver investimento nos jovens negros, grandes potenciais tendem a se desenvolver, o que poderia reduzir o número de jovens que ingressam na criminalidade: – “[...] o leite suado é tão ingrato, que as gangues vão ganhando cada dia mais espaço”. Ao término da música, o professor fará considerações a respeito. Para finalizar a aula, será exibido outro vídeo do *Digital Versatile Disc* (DVD) Super Eca, com o intuito de conscientizar a respeito da igualdade racial. A atividade de reflexão sobre a música Brixton, Bronx ou Baixada será o instrumento avaliativo e deverá ser realizada pelos alunos através de um vídeo de até cinco minutos, gravado por eles, onde falarão sobre o que entenderam e se acham que há conexão da música com a realidade. Este vídeo será postado na plataforma *Google Classroom*.





5 CONCLUSÕES

A longa duração do racismo estrutural na sociedade brasileira, gera, como contrapartida, uma incansável luta pela ocupação dos espaços de poder e pela valorização e reconhecimento de tradições que se exprimem criativamente em produções culturais dos mais variados estilos e que em última análise podem ser interpretadas como verdadeiros gritos revolucionários. A dinâmica paisagística urbana é volátil como a modernidade. As complexas teias de relações ali estabelecidas se constroem sob tensões nada fáceis de serem sustentadas sem que ocorra um colapso. A violência e a injustiça confundem-se com o jogo de poder, o que traz um cenário de bastante tensão entre os grupos participantes da vida social.

Lutas por legitimidade de narrativas e protagonismo político são elementos presentes na vida cotidiana de qualquer sociedade que se declare democrática, todavia, a linha que separa a civilização da barbárie é tênue, especialmente em democracias jovens como a brasileira. Ser negro no Brasil, significa carregar consigo uma ancestralidade de vasta riqueza cultural e política, repleta de sabedoria milenar, espiritualidade, luta e conquista de direitos, mas também remete a memórias de sofrimento e injustiça. Berman (2009, p. 135), lindamente, disse que: “[...] ao não negar suas ruínas, o ser humano pode renascer.” A força dessa frase conecta-se de forma direta à história do negro no Brasil. Levar ao aluno a dimensão subjetiva desses discursos não é uma tarefa fácil. Ultrapassar a barreira do concreto e enxergar a ocupação do espaço em suas camadas profundas, absorvendo daquela experiência uma reflexão sobre as histórias percorridas para se chegar até ali é um trabalho que exige tempo e muito tato, pois sua historicidade não costuma estar explícita, da mesma forma que não há manuais didáticos para compreendê-la. É uma ação sutil e sensível, que Berman (2009, p. 132) exemplifica da seguinte forma:

Uma geração inteira de garotos e garotas dos piores bairros dos Estados Unidos escapou da pobreza, da violência e do isolamento dos guetos tornando-se sofisticados nova-iorquinos com largos horizontes. Como a banda *Clash*, que em seu álbum *London Calling*, de 1979, afirmava que “*London is drowning, I live by the river*” (Londres está afundando, e eu moro perto do rio), esses garotos e garotas do Bronx diriam ao mundo mais do que isso: “*we come from ruins, but we are not ruined*” (nós viemos das ruínas, mas não estamos arruinados), e “*we shall overcome*.” (nós vamos conseguir). Suas vozes se converteram na voz do *New York Calling*. Sua capacidade de buscar a vida pela beleza em meio ao horror deu à cidade uma nova aura.

A via democrática, assim como o estímulo ao pensamento crítico são, sem dúvida, os principais elementos que podem levar à superação do racismo na sociedade brasileira, contudo, esse é um trabalho de longo prazo, que exige pesado investimento político no que diz respeito ao estímulo, à formação e capacitação de professores e engajamento das instituições escolares no sentido de rever seus Planos Político Pedagógicos e currículos.

A percepção do racismo contra o negro na sociedade brasileira requer um exercício diário de reflexão sobre valores, costumes e análise de comportamento. Não é habitual que indivíduos não negros reflitam sobre o tema quando não estão envolvidos com o assunto para o desenvolvimento de algum projeto que faça parte de sua vida. No cotidiano brasileiro, lamentavelmente, as situações de racismo ainda são, muitas vezes, interpretadas como brincadeira e piada. Durante a construção dessa proposta, os autores por diversas vezes conversaram a respeito e sentiram um verdadeiro “nó” na garganta, ao exercitar a empatia e perceber o racismo sob a perspectiva da vítima. Sem dúvida essa experiência contribuiu para a transformação dos autores em pessoas mais críticas e certamente menos tolerantes a episódios dessa natureza. A lição que fica é que a luta para a superação desse problema é contínua, diária e precisa ser disseminada não apenas no ambiente escolar mas em todos os setores da sociedade. Os autores dessa proposta acreditam na educação como um instrumento eficaz de mudança social e lutam pela construção de dias melhores, com mais justiça e equidade na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial, 2019.
- BERMAN, M. **Nova Iorque chamando**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BITTENCOURT, C. F. **Reflexões sobre o ensino de História: Estudos avançados**. São Paulo: v. 32, n. 93, p. 127-149, 2018
- BORÓN, A. **Democracia y movimientos sociales em América Latina**. Rio de Janeiro: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2007.
- BROWN, T. **Design Thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- CALOTI, V. A.; AMORIM, C. R. **Considerações sobre o racismo no Brasil, a partir das representações acerca do negro, no imaginário das Escolas Públicas, na Grande Vitória/ES**. Espírito Santo: Revista Simbiótica, v. 2, n. 1, 2015.
- CANDAU, V. M. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença**. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2018.
- CONFORTO, E. C; AMARAL, D. C; SILVA, S. L. **Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos**. Porto Alegre: 8º Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produto – CBGDP, set. 2011.
- DAHL, R. **Polyarchy: participation and opposition**. Conneticut: Yale University press, 1971.
- FERNANDES, F. **O mito da democracia racial**. In: A integração do negro na sociedade de classes: O legado da “Raça Branca”. São Paulo: Ática, 1978.
- FERNANDES, V. B. **Educação e relações raciais: percepções de alunos e professores de uma escola pública de São Carlos**. São Paulo: 173 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2010.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GUILHOT, N. & SCHMITTER, P. **De la transition à la consolidation: une lecture rétrospective des democratization studies**. Paris: Revue Française de Science Politique, 2000.
- GUIMARÃES, I. V. **Ensinar e aprender Geografia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Minas Gerais: Ensino em Re-Vista, p. 1036-1055, 2018.
- HALLAM, S. **Psicologia da música na educação: o poder da música na aprendizagem**. São Paulo: Revista de Educação Musical, v. 138, p. 29-34, 2012.

HUNTINGTON, S. **The third wave: democratization in the Late Twentieth Century**. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1991.

KARL, T. **Dilemmas of Democratization in Latin America**. New York: Comparative Politics, 1990.

LASKY, H. **El Liberalismo Europeo**. Londres: Fondo de Cultura Economia, 1961.

LIJPHART, A. **The Structure of inference**. Boston: The Civic Culture Revisited, 1980.

LIMA, I. C. **Uma Proposta Pedagógica do Movimento Negro no Brasil: Pedagogia Interétnica de Salvador. Uma Ação de Combate ao Racismo**. Florianópolis: 2004.

LOPES, N. R; ARENA, D. B. **A presença de personagens negros como protagonistas nas obras destinadas ao Ensino Fundamental I em 2010 pelo Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE)**. São Paulo: Linha Mestra, n. 21, p. 510-513, 2012.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2010

MENDES, G. G. **O Rap contra o racismo: a poesia e a política dos Racionais Mc's**. Rio Grande do Sul: Revista Interamericana de Comunicação Midiática, v. 14, n. 27, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular BNCC**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 26 out. 2020, 2019

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NEIRA, M. G. **O Multiculturalismo crítico e suas contribuições para o currículo da Educação Física**. Rio de Janeiro: Temas em Educação Física Escolar, v. 1, n. 1, p. 3-29, jan./jun. 2016.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 7ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

OLIVEIRA, J. K. F; OLIVEIRA, R. G; ARRAIS, J. A. **Racismo estrutural e midiático no Brasil: o corpo negro e as imagens *on-line* que condenam, matam e discriminam**. Bahia: Universidade Federal do Cariri, 2019.

PANTOJA, D. C; RODRIGUES, E. C; ABRANTES, D. S. S. **O Negro e o racismo no Brasil: Ênfase nas consequências psicológicas**. Amapá: Revista Arquivos Científicos (IMMES), v. 2, n. 2, p. 16-22, 2019.

PEREIRA, C. M. R. B. **Reflexões sobre a Geografia escolar frente as questões de desigualdades, diversidade e exclusão**. Goiás: Revista Sapiência, Saberes e Práticas Educacionais, v. 7, n. 2, p. 14-27, jan./jul. 2018.

PEREIRA, N. D. **A Lei 10.639 e o combate ao racismo no espaço escolar: a trajetória do negro na história do Brasil**. Paraná: Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2016.

PERES, M. F; SCHIRMER, J; RITTER, T. S. **O ensino de História no Brasil: Suas funções e implicações políticas e sociais.** Rio Grande do Sul: Revista do LHistE Laboratório de Ensino de História e Educação, v. 2, n. 3, 2015.

PINHEIRO, B. C. S. **Educação em Ciências na Escola Democrática e as Relações Étnico-Raciais.** Minas Gerais: Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, p. 329-344, 2019.

PINSKY, J. **Nação e ensino de história no Brasil: O ensino de história e a criação do fato.** São Paulo: Editora Contexto, v. 14, p. 11-35, 1988.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala.** São Paulo: Editora Pólen, 2019.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Editora Atlas, 1999.

ROCHA, H. **O que é Brainstorming, para que serve, como fazer e exemplos.** Disponível em: <https://klickpages.com.br/blog/o-que-e-brainstorming/>. Acesso em: 08 out. 2020.

SAMPAIO, R. F; MANCINI, M. C. **Estudos de Revisão Sistemática: Um guia para síntese criteriosa da evidência científica.** São Carlos: Revista brasileira de fisioterapia, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SANTOS, G. **A cultura política da negação do racismo institucional.** In: SANTOS, G; SILVA, M. P. (Org.). **Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SANTOS, R. C. E; CHIAPETTI, R. J. N. **Uma investigação sobre o uso das diversas linguagens no ensino de Geografia: uma interface teoria e prática.** Rio Grande do Sul: Geografia Ensino & Pesquisa, v. 15, n. 3, p. 167-184, 2011.

SAVIANI, D. **Sobre a natureza e especificidade da Educação.** Brasília: v. 3, n. 22, p. 1-6, jul.-ago. 1984.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade.** In: SCWARCZ, L.M. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes e intimidade contemporânea.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SOUZA, C. R. F; QUEIROZ, A. M. D. **A utilização dos meios de comunicação no ensino da geografia.** Mato Grosso: Revista Geoaraguaia, v. 2, n. 1, 2012.

THEODORO, M. L. **Exclusão ou inclusão precária? O negro na sociedade brasileira.** Brasília: Revista Inclusão Social, 2007, p. 81.

APÊNDICE A - Plano de Aula

Série: Quinto Ano do Ensino Fundamental.

Unidade temática: Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social.

Objetos de conhecimento: Cidadania, diversidade cultural e respeito às diferenças sociais, culturais e históricas.

Habilidades: Associar o conceito de cidadania à conquista de direitos dos povos e das sociedades, compreendendo-o como conquista histórica.

Tema: Racismo estrutural

Objetivo: Essa aula tem como objetivo principal propor aos alunos uma reflexão sobre o racismo estrutural e como ele está inserido em nossa sociedade.

Duração: 19 minutos

Avaliação: Os alunos enviarão um vídeo, de até cinco minutos, com suas reflexões sobre o tema. A plataforma a ser utilizada será o *Google Classroom*.

Desenvolvimento: O professor abordará o conceito de racismo estrutural, apresentando alguns *slides* de *Power Point*. Será passado um vídeo que aborda os temas racismo, estereótipo e discriminação, para elucidar o assunto. Em seguida, será tocada a música Brixton, Bronx ou Baixada – da banda O Rappa, e a letra será fornecida para que os alunos possam acompanhar durante o vídeo. Ao término da música o professor realizará algumas considerações a fim de estabelecer ligações da mesma com o tema do racismo. Para finalizar a videoaula, será utilizado um *clip*, do DVD Super Eca, com o intuito de conscientizar os alunos a respeito da igualdade racial. Como instrumento de avaliação será solicitado que os alunos gravem um vídeo, de até cinco minutos, refletindo sobre a música Brixton, Bronx ou Baixada, contando o que entenderam sobre o assunto e se estabeleceram conexões entre ela e a realidade em que vivem. Esse vídeo será postado na plataforma *Google Classroom*.

Vídeo Inicial: <https://www.youtube.com/watch?v=7m-yuzFljpc&t=132s>

Letra da Música Brixton, Bronx ou Baixada (autor Marcelo Yuka)– O Rappa

O que as paredes pichadas têm prá me dizer
 O que os muros sociais têm prá me contar
 Porque aprendemos tão cedo a rezar
 Porque tantas seitas têm, aqui seu lugar

É só regar os lírios do gueto que o Beethoven
 Negro vêm prá se mostrar
 Mas o leite suado é tão ingrato que as gangues
 Vão ganhando cada dia mais espaço

Tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo, tudo igual
 Brixton, Bronx ou Baixada (refrão)

A poesia não se perde ela apenas se converte
 Pelas mãos no tambor

Que desabafam histórias ritmadas como único
 Socorro promissor

Cada qual com seu James Brown
Salve o samba, *hip-hop*, *reggae* ou carnaval
Cada qual com seu Jorge Ben
Salve o *jazz*, baião e os toques da macumba
Também
Da macumba também

Vídeo Final: <https://www.youtube.com/watch?v=v7kaB4ARxP4>